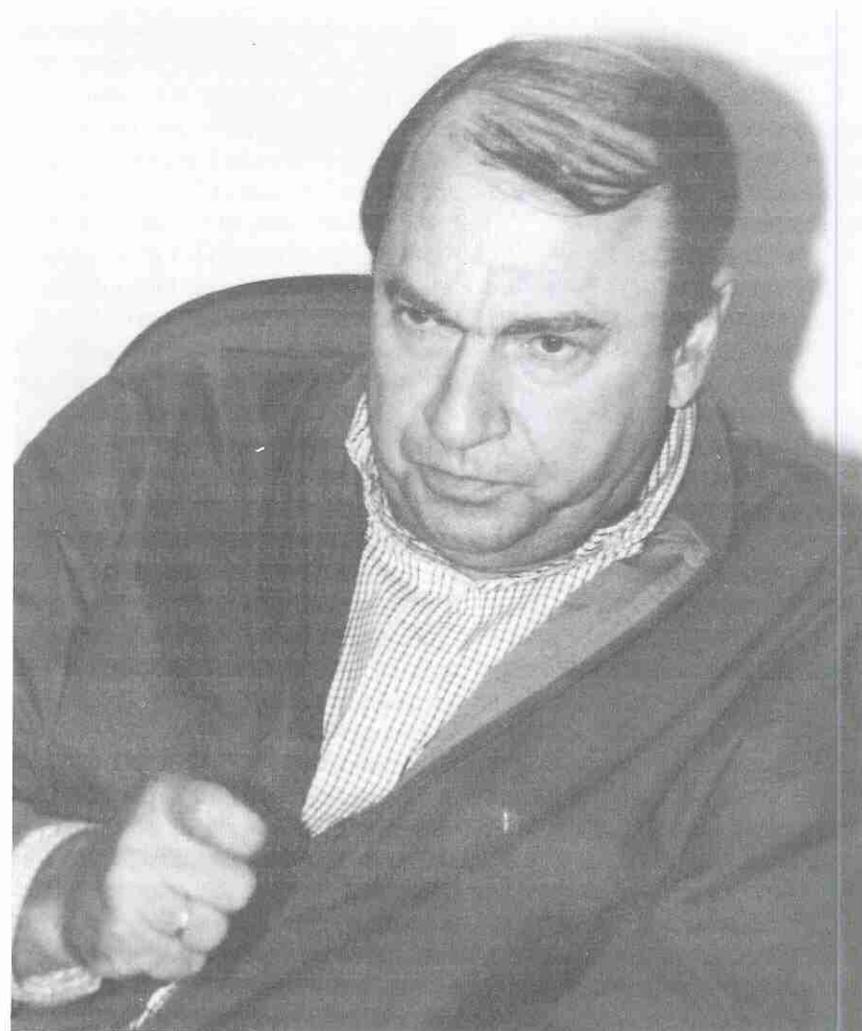


Cresce a resistênciã

Candidatos afinados com a defesa do patrimônio público reafirmam compromisso com a CEDAE pública



Os candidatos ao governo do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (PDT) e César Maia (PFL), que lideram as pesquisas eleitorais, voltaram a afirmar que, se eleitos, estão dispostos a reverter o processo de privatização da CEDAE, caso o governador Marcello Alencar consiga concluí-lo, transferindo o Saneamento à iniciativa privada. Ambos participaram de encontros com a sociedade e trabalhadores da CEDAE, além de representantes de entidades ligadas ao setor, inclusive o presidente da ASEAC, Dario Mondego, quando classificaram de ilegal a decisão do governo de privatizar a Companhia. Garotinho quer que a justiça congele os recursos da venda da CEDAE, caso ela aconteça, até que o novo governador, eleito em outubro próximo, assumo o cargo. César Maia, por sua vez, disse que, assim como os hospitais, a privatização

da CEDAE é um verdadeiro escândalo. A resistência contra a venda da companhia de Saneamento do Estado vem crescendo dia a dia, junto à sociedade, e as evidências apontam para a reversão do processo. O próprio governo do Estado já demonstra que não tem mais a mesma certeza de antes de que vai conseguir transferir a CEDAE à iniciativa privada. Por sua vez, os prefeitos se rebelam e dois (do Rio e de Niterói) já ajuizaram ações reclamando seus direitos. A ALERJ já discute o processo, por enquanto em análise nas Comissões Permanentes, graças à pressão da sociedade e dos trabalhadores. O Supremo Tribunal Federal examina o mérito de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade da Lei 087/97, que tenta embasar a privatização da CEDAE na Região Metropolitana, ambas ajuizadas, respectivamente, pelo PT e pelo PDT. (Páginas 4 e 5 e editorial).

Associação dos Empregados de
 Nível Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Sala 601/602/607 e 902
 Telefones 263-6240/296-0025 - Ramal 102
 Telefax: 253-7482
 Internet: aseac@mandic.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
 Dario Mondego
Diretor Vice-presidente
 Walcyr Goulart Mariosa
Diretor Administrativo
 César Eduardo Scherer
Diretor Financeiro
 Edson Reis da Silva
Diretor de Comunicação
 Jaime Dutra Noronha
Diretor Técnico
 João Benedito Lorenzon Mello
Diretor Social
 Antônio Carlos Álvares Grillo

CONSELHO DIRETOR

Representantes dos Administradores:
 Pedro Paulo de Freitas
Advogados
 Sueli Kolling Turano
Analistas
 César Lima da Graça
Aposentados
 Edson Bittencourt Rosas
 Elycio Américo M. da Fonseca
 Leon Ambram
 Nacin Chau Cascum
Arquitetos
 Dirceu Soares Marinho Filho
Biólogos
 Evandro Rodrigues de Brito
Contadores
 Sérgio Pereira
Demais Categorias
 Eliana Glória de P. Peixoto
Economistas
 Pedro Evandro Ferreira
Engenheiros
 Álvaro Henrique C. Verocai
 Clóvis Francisco do Nascimento Filho
 Flávio de Carvalho Filho
 Márcio de Melo Rocha
 Paulo César Quintanilha
 Renato Guerra Marques

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Aloísio Souza da Silva,
 Nelson Martins Portugal e José Carlos
 Filippo.
Suplentes: David Fink, Antônio Bastos
 de Oliveira
 e Luiz Fernando F. Rodrigues.

CONSELHEIROS NATOS

Antônio Inácio da Silveira, Walnyr
 Bittencourt de Oliveira, Emy Guimarães
 de Lemos, João Carlos do Rego Pinto,
 Renato Lima do Espírito Santo e Carlos
 Henrique Soares de Menezes.

Produção e Edição

Planin-Assessoria de Comunicação
 Tels: (021) 220-5031/224-5472

Jornalista Responsável

Carlos Emiliano Eleutério - MTB:
 12.524/RJ

Diagramação

João Carlos Guedes

Editoração eletrônica

J. Paulo Eleutério

Edição de Maio de 1998

Tiragem: 2.000 exemplares

“Resistência” até o ano 2000

Eleições na ASEAC - dia 18/06. Votar é um ato de consciência profissional!

A ASEAC realiza, no próximo dia 18 de junho, eleições destinadas a escolher a nova Diretoria Executiva e o Conselho Diretor para o biênio 1998/2000. Para a Diretoria Executiva, os cargos serão disputados pela chapa denominada “Resistência” e, para o Conselho, inscreveram-se no período definido no calendário eleitoral (entre 05/05 e 20/05) 19 candidatos nas diversas categorias.

A Diretoria Executiva é encabeçada pelo atual presidente, Dario Mondego, tendo como vice o engenheiro Nelson Portugal. Após analisar os nomes de todos os inscritos, a Comissão Eleitoral - formada pelos administradores Ulysses Gomes dos Santos, Therezinha M.V. Helde dos Santos e Sandra Maria F.G. Estrada - aprovou todos os candidatos. Ficou definido, também, que as cédulas distribuídas aos associados levarão um visto do presidente da Comissão Eleitoral, sendo assinadas, no seu retorno, pelos demais membros.

Os eleitores poderão votar diretamente em uma, no dia 18/06, das 10 às 18 horas, na sede da ASEAC (rua Sacadura Cabral 120, salas 601/602; ou por correspondência, encaminhando o seu voto de acordo com os seguintes critérios:

assinale o voto na cédula oficial de votação, dobrando-a com cuidado para evitar qualquer marca.

Coloque a cédula no envelope pequeno, lacrando-o

Coloque o envelope pequeno, já com a cédula (lacrado) no envelope pré-endereçado à ASEAC (envelope resposta).

O envelope resposta contendo o envelope pequeno com a cédula de votação será postado junto à ECT. Serão aceitos os votos entregues à ECT até o dia 11 de junho, às 17 horas.

ESCOLHA OS SEUS CANDIDATOS

Os candidatos inscritos para a Diretoria e Conselho são os seguintes:

CHAPA RESISTÊNCIA

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente - Dario Mondego
Diretor Vice-Presidente - Nelson Portugal
Diretor Administrativo - Edson Reis
Diretor Financeiro - César Eduardo Scherer
Diretor de Comunicação - Paulino Cabral
Diretor Técnico - Flávio Guedes
Diretor Social - Antônio Carlos Álvares Grillo
Diretor Representante dos Aposentados - Walcyr Goulart Mariosa
Diretor Adjunto - João Benedito Lorenzon

CONSELHO DIRETOR:

Representante dos Administradores
 (votar até UM)
 Sérgio Rego Rodrigues

Representante dos Advogados
 (votar até UM)
 Sueli Kölling Turano

Representante dos Analistas de Sistemas
 (votar até UM)
 César Lima da Graça

Representante dos Arquitetos
 (votar até UM)
 Júlio
 Celso Bragança Gil

Representante das Demais Categorias
 (votar até UM)
 Evandro Rodrigues de Brito

Representante dos Contadores
 (votar até UM)
 Sérgio Pereira

Representante dos Economistas (votar até UM)
 Pedro Evandro Ferreira

Representantes Sócios Aspirantes
 (votar até UM)
 Júlio César de Oliveira Antunes

Representantes dos Engenheiros
 (votar até CINCO)
 Álvaro Henrique C. Verocai
 Clóvis Francisco do Nascimento Filho
 Jonathas Ferreira Filho
 José Roberto Dantas
 Márcio de Melo Rocha
 Renato Guerra Marques

Representantes dos Aposentados
 (votar até CINCO)
 Armando Costa Vieira
 Edson Bittencourt Rosa
 Eliana Glória Peixoto
 Leon Ambram
 Maria Carmem M. M. Almeida

STF: Adins só serão julgadas em agosto

A diretoria da ASEAC não tem poupado esforços para tentar reverter a privatização da CEDAE, tanto que no último dia 2 de junho, o presidente Dario Mondego esteve em Brasília, onde se encontrou com o Ministro Maurício Corrêa, do Supremo Tribunal Federal - STF -, que é relator de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADINs -, impetradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), ambas contestando alguns artigos da lei complementar 087/97, do governo Marcello Alencar. Esta lei redesenha a Região Metropolitana e determina que o Estado é o Poder Concedente dos Serviços de Saneamento nesta Região. Maurício Corrêa, bastante solícito, agradeceu à ASEAC as informações que lhe fo-

ram enviadas sobre o processo de privatização da CEDAE, fazendo referências elogiosas ao trabalho da Entidade. Ao mesmo tempo, explicou que, dificilmente, essas ADINs serão julgadas antes de agosto, considerando-se que o STF está sobrecarregado de processos e, também, porque há dificuldades de julgar o mérito de questão tão controversa, já que é matéria sem precedentes que poderiam servir de paralelo. De qualquer forma, segundo palavras do Ministro, o governo do Estado, embora não esteja impedido, não deveria fazer o leilão, antes do mérito da ação em julgamento pelo Supremo.

Maurício Corrêa deixou transparecer não ter gostado da entrevista do secretário de Fazenda do Rio, Marco Aurélio Alencar, pu-

blicada pelo Jornal o Globo, onde ele afirma que o STF dera “sinal verde” para a privatização da CEDAE. O presidente da ASEAC entregou ao Ministro um outro recorte de jornal, onde o governador Marcello Alencar, o presidente da ALERJ, Sérgio Cabral, e o secretário Marco Aurélio prometeram a vários prefeitos do interior do Estado uma parcela de R\$ 300 milhões dos recursos gerados com a pretensa privatização da CEDAE, certamente como forma de corromper uma possível reação, através da justiça, contestando a ilegalidade do processo. Os prefeitos do interior foram surpreendidos com uma “visita surpresa” do governador - que não fora convidado - durante encontro em Cabo Frio, destinado a formar uma associação de prefeitos.

Rumo à vitória

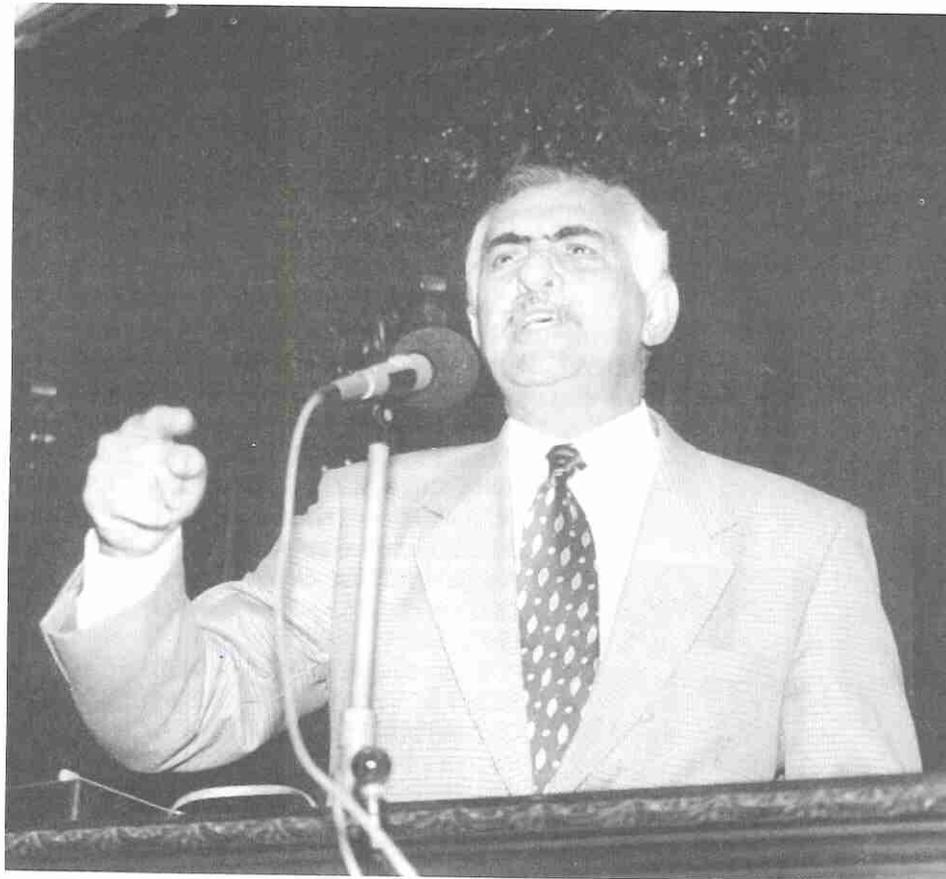
A Cedae é um patrimônio que foi construído por nós com os recursos da sociedade usuária, que pagou a tarifa, e não por recursos oriundos do Tesouro Estadual.

O caminho é tenso. É acidentado. Temos que resistir e rompê-lo. Afinal, faltam-nos só cinco meses e dias para o final feliz desse filme/pesadelo.

O adversário, não me canso de afirmar, é incompetente na gestão eficaz da CEDAE como seu acionista majoritário. Se ele tivesse passado um contrato de auto-gestão para a Cedae, permanecería ela, no modelo Brasil, como foi, não tenho dúvida, pois tenho a glória e o orgulho de tê-lo vivido em passado recente. Entretanto, tem ele, o governo do Estado, demonstrado ser arguto para distorcer interpretações de objetivos legais-constitucionais para o logro, com a pretensa privatização da CEDAE no "apagar das luzes" de um período de governo que não disse ao que veio, e que tem desrespeitado a legitimidade do voto que nele foi depositada, para o desenvolvimento e bem-estar social. Em seu programa de governo, infelizmente homologado nas urnas, não constava a ação predatória dos bens comuns, dentre eles o do Saneamento Básico que, sem outorga, quer impô-la à revelia da sociedade. Trata-se de importantíssima decisão que envolve o interesse da saúde pública.

Tem ele sonogado, nas declarações junto à mídia, a viabilidade da Companhia e de seus investimentos em obras expressivas e grandiosas, nos últimos governos, com recursos próprios e obtidos em órgãos nacionais e internacionais. Curiosamente, este governo que se aproxima do fim não captou um centavo para investimentos no Saneamento Básico.

Tem, pelo contrário, intensificado as amarras a ela impostas, emperrando-lhe a máquina, que já dá sinais de debilidade administrativa, por falta de materiais de reposição na operação do sistema e na manutenção da rede, bem como, na reposição e manutenção das viaturas e equipamentos, não se deixando de mencionar o básico recurso da mão-de-obra que a cada dia se torna exíguo para enfrentar a demanda, já reprimida e crescente, dos serviços de abastecimento de água, dos vazamentos e dos esgotamentos sanitários, agravados, também, em face das aposentadorias em razão de um quadro de pessoal envelhecido e sem oxigenação para transmitir os conhecimentos e experiências em ativi-



“Curiosamente, este governo, que se aproxima do fim, não captou um centavo sequer para investimentos em Saneamento no Estado do Rio, ao contrário de outras gestões passadas.”

dade tão específica.

Os reflexos de tais ações irracionais ou intencionais deterioraram a satisfação dos prefeitos, dos políticos em geral e, principalmente, da sociedade usuária do sistema, que sentenciam a CEDAE, isoladamente da conjuntura governamental.

Ardiloso, arquiteta um sucesso da ação privada na denegrada e devastada eficácia e eficiência da estatal CEDAE que a tudo vem resistindo, graças a abnegação de sua "gente", que improvisa na ausência de recursos para satisfazer, de forma precária, a sociedade, que não merece o desrespeito do governo, por capricho de seus intentos, como se, afinal, estivesse punindo o voto impensado que o legitimou no poder.

Imputa-nos o corporativismo como pejorativo, para enfraquecer a nossa resistência. Faltam-lhe argumentos que retumbem o nosso alarido ecoante. Nossa gente é humana e vê a ne-

cessidade social acima de seus interesses pessoais, ao contrário do governo que, indiferente, submete o social aos interesses políticos e econômicos.

Esta luta do bem contra o mal tem-nos imposto batalhas desfavoráveis. Sabe-se que são transitórias. Sem hipocrisia, até concordamos que tem sido melhor assim. Pois, o contrário, poderia, em meio à alegria da vitória parcial, levar-nos à acomodação e a não nos prepararmos melhor que, surpreendidos, poderíamos já ter sofrido um golpe fatal. Há um provérbio antigo que sentenciar: - "Ri melhor quem ri por último".

No início, caminhávamos em terreno inóspito. Arenoso como deserto, só produzia o eco das promessas ilusórias. A nossa argumentação alertadora era árida aos ouvidos dos predadores e da sociedade incauta. Aos poucos, ouvidos da coerência passaram a entender a lógica astuta do governo que, ora participa do bô-

nus das privatizações, mas que, com certeza, estará ausente nos ônus danosos que a sociedade e nós teremos que amargar se privatizada a CEDAE.

Costumo dizer no sentido figurado: "meu "feeling" bate mais forte que o meu coração. Não privatizaram a CEDAE. Já temos grandes aliados. As evidências apontam para a retração do processo. O governo já não tem a certeza de antes. Os prefeitos se rebelam e dois já ajuizaram ações reclamando seus direitos constitucionais. A ALERJ já discute o processo, por enquanto nas Comissões Permanentes. O Supremo Tribunal Federal examina o mérito de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade da Lei 087/97 que tenta embasar a privatização da CEDAE na Região Metropolitana, ambas ajuizadas, respectivamente, pelo PT e pelo PDT. A Comissão de Constituição e Justiça do Senado julgará, a qualquer momento, o PLS 266 do senador José Serra, que foi compilado pelo governo do Estado do Rio ao promulgar a Lei Complementar 087/97. Esse PLS 266 teve como Relator o Senador Josaphá Marinho, do PFL, que apresentou três submendas conciliadoras, isto é, conduz a solução para uma ação integrada do governo estadual com os governos municipais. Inclusive, na última submenda que é a inclusão de um Artº 12, que diz: *“Quando a concessão houver sido conferida à empresa estatal, esta não poderá ser privatizada sem prévio conhecimento dos municípios interessados, aos quais será dada opção por outra forma de exploração dos serviços concedidos, nos limites de seu território.”*

Como vêem, o terreno arenoso do início está florescendo. Vamos cultivá-lo. Não deixemos acontecer a degradação dos serviços. A CEDAE é um patrimônio que foi construído por nós, com os recursos da sociedade usuária, que pagou a tarifa, e não por recursos oriundos do Tesouro Estadual. Fiquemos otimistas. O descrédito, a desilusão e o pessimismo são sentimentos pobres e dos derrotados. Nós somos vitoriosos!

Dario Mondego
Presidente

Garotinho e César Maia afinados com a se Cresce a resistênc

Os dois candidatos que lideram as pesquisas eleitorais para o governo do Estado do Rio - Anthony Garotinho, do PDT, e César Maia, do PFL - voltaram a criticar a política de privatização do governo Marcello Alencar, em especial com relação ao Saneamento Básico, reafirmando sua posição contrária à transferência da CEDAE à iniciativa privada. Ambos ratificaram o compromisso público, caso sejam eleitos, de reverter a venda da CEDAE, caso esta venha a ocorrer de fato.

O candidato do PDT participou, no último dia 23 de maio, no Clube 10 de Maio, em Campo Grande, Zona Oeste, de um encontro para discutir o assunto, do qual participaram representantes do Sindicato dos Urbanitários, dos trabalhadores em água e esgotos de Campos e de Niterói, da AFTAE e de parlamentares, além do presidente da ASEAC, Dario Mondego. "Se o Estado conseguir fazer a privatização, vou pedir na justiça que os recursos não sejam tocados, porque o candidato do PDT, que está liderando as pesquisas, vai anular a privatização", prometeu Garotinho.

"Vou pedir na justiça que os recursos não sejam tocados, porque o candidato do PDT, que está liderando as pesquisas, vai anular a privatização."

Já o candidato do PFL, que também participou de um encontro em Campo Grande com os trabalhadores da CEDAE, inclusive com a presença do presidente da ASEAC, Dario Mondego, e de outras entidades, reafirmou sua posição contrária à privatização do Saneamento. Ao conceder uma entrevista à rádio CBN, no dia 2 de maio, dentro de uma série de entrevistas que a emissora realizou com os postulantes ao Palácio Guanabara, também foi veemente com relação à situação da CEDAE: "Podem gravar o que estou dizendo, pois já mandei a minha assessoria fazer isso. Se os serviços de Saneamento forem privatizados, eu desprivatizo no dia seguinte à minha posse", garantiu.

Moratória no processo

Para o candidato o PDT, não é justo que, "ao apagar das luzes", um governo que nada fez, a não ser vender o patrimônio público, massacrar os funcionários e destruir escolas e hospitais, receba uma quantia de R\$ 2 bilhões e faça o que bem quiser dele. "Assumo o compromisso com os trabalhadores de pedir à justiça que esses recursos fiquem depositados judicialmente, caso o atual governo consiga vender a Companhia, para impedir que o dinheiro da privatização

seja gasto na campanha eleitoral", afirmou, comprometendo-se, em seguida, a reverter esse processo logo após assumir o governo, se for eleito.

Anthony Garotinho lembrou o caso de Campos, onde, até hoje, graças à sua posição firme como prefeito, o consórcio vencedor da licitação não conseguiu tomar posse do sistema local de saneamento, para advertir a sociedade sobre as falsas acusações que tentaram fazer contra ele, sugerindo aos empregados da Empresa e à sociedade que ele era a favor da venda da CEDAE.

Para ele, um serviço público essencial tem que ser controlado pela população, através do Estado. "Não pode ficar nas mãos daqueles que só querem lucro e mais lucro. Minha posição é clara quanto a isso, desde antes da minha campanha para a prefeitura de Campos", afirmou. "Se o governo conseguir privatizar, vamos lutar até a última gota de sangue do nosso corpo, para devolver à população aquilo que é patrimônio dela. A privatização da CEDAE tem a antipatia generalizada da população, que já sentiu os efeitos dela na CERJ e na Light", garantiu.

Antes de concluir sua participação, Anthony Garotinho chamou atenção para o fato de que a CEDAE precisa ser repensada, "pois não pode continuar sendo a empresa que é". Em seguida, lembrou o exemplo da Sabesp, de São Paulo, que, depois de reestruturada, passou a dar lucro para que o próprio governo pudesse investir na melhoria e ampliação do sistema de saneamento estadual. "A CEDAE tem que acabar com as atuais distorções, que não foram criadas pelos empregados da empresa, mas por gestões políticas equivocadas. Esse compromisso eu também quero assumir, para que a Companhia possa ser repensada em conjunto com os trabalhadores".

Privatização ou mutreta

Já o ex-prefeito César Maia, durante a entrevista na rádio CBN, classificou de desastrosa a política de privatização do atual governo, afirmando que não concorda com as privatizações que estão sendo feitas na área de saúde e de Saneamento Básico. Para o candidato pefelista, o caso dos hospitais é um escândalo, pois as empresas privadas, além de ganhar os próprios hospitais públicos, ainda terão os recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - à sua disposição. Para César Maia, como ao setor privado interessa basicamente o lucro, as empresas, com certeza, irão atender, apenas, a um determinado número limitado de pesso-

Jurista duvida da venda da CEDAE

O governo Marcello Alencar não vai conseguir leiloar o controle acionário da CEDAE, no próximo dia 29 de julho, conforme tem afirmado o secretário estadual de Fazenda, Marco Aurélio Alencar. Isto considerando-se que até o último dia 4 de julho, o edital definitivo da privatização da Companhia não havia ainda sido publicado e que tanto a Lei de Licitações quanto a de Concessões exige que o documento seja publicado com um prazo mínimo de 60 dias, antes do leilão. A análise é do jurista paulista, Mestre e Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo - USP - Toshio Mukai, que considera que a privatização da CEDAE da forma como está sendo proposta pelo governo é ilegal e pode ser revertida.

Ao comentar o momento político do País, o jurista afirmou "que estamos vivendo uma fase crítica no Direito Brasileiro. O presidente FHC é um ditador, que vai legislando através de Medidas Provisórias. Hoje, no Brasil, estão subvertendo todos os princípios básicos do direito público universal. Isto é tolice. A população vive uma insegurança jurídica, sem tamanho". Toshio Mukai disse que o governo Marcello Alencar também está atropelando a lei, pois para privatizar uma empresa de Saneamento como a CEDAE, antes de qualquer coisa, o governo deveria cumprir a Lei de Concessões, que, em momento algum, fala sobre a possibilidade de uma Empresa de serviço público vir a ser privatizada, através de um leilão na Bolsa de Valores.

sociedade em defesa do patrimônio público

Resistência à privatização

as com esses recursos, deixando uma parte da população sem assistência, que certamente vai procurar o sistema público municipal e sobrecarregar a rede de hospitais da prefeitura.

Quanto ao Saneamento Básico, o ex-prefeito do Rio afirmou que, assim como os hospitais, a privatização é ilegal e que, neste caso também, vai reverter o processo, tão logo assuma o governo. Segundo ele, apesar de o PFL, no plano federal, compor o bloco de sustentação do presidente Fernando Henrique Cardoso, sua posição não muda com relação aos conceitos nos quais acredita.

Em fax encaminhado à direção da ASEAC, intitulado "privatização ou mutreta?", César Maia classificou de "mentira do governo do Estado" que o Supremo Tribunal Federal tenha decidido algo em relação à questão da CEDAE. Segundo ele, o recurso do PDT não foi recebido por ter falhas na apresentação e certamente deverá ser reapresentado em breve. O candidato do PFL, afirmou ainda, no documento, que o governo pretende incluir no edital uma modificação considerada uma verdadeira "imoralidade", inclusive por técnicos do Banco Mundial e do BID.

"Antes, o edital exigia empresas com experiência de grande porte na área de Saneamento. Agora, permite também a participação de empresas sem experiência - bancos, é claro - com a contratação de operadores técnicos. Os "bancos" sabem que a operação é irregular - afirmou. O ex-prefeito garante que tem informações de fontes internas dessas instituições que dizem que o que eles querem é comprar a CEDAE, corromper prefeitos e vereadores, para conseguir a ratificação e, depois, repassar, com ágio, para os operadores tradicionais franceses ou norte-americanos. "Fontes destas últimas empresas dizem que nada têm a ver com a operação e que não atuarão na primeira etapa", afirma.

César Maia disse, também, que "a máxima vergonha vem do fato de que a tentativa de privatização, da forma como está sendo feita, elimina o programa de Saneamento do projeto de Despoluição da Baía de Guanabara, seja na conclusão da fase 1, como, e principalmente, da fase 2". Segundo ele, a Caixa Econômica Federal já avisou que questionará a decisão em função de seus créditos.

A diretoria da ASEAC não tem poupado esforços para tentar reverter a privatização da CEDAE, tanto

que no último dia 2 de junho, o presidente Dario Mondago esteve em Brasília, onde se encontrou com o Ministro Maurício Corrêa, do Supremo Tribunal Federal - STF -, que é relator de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADINs -, impetradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), ambas contestando alguns artigos da lei complementar 087/97, do governo Marcello Alencar. Esta lei redesenha a Região Metropolitana e determina que o Estado é o Poder Concedente dos Serviços de Saneamento nesta Região.

Maurício Corrêa, bastante solícito, agradeceu à ASEAC as informações que lhe foram enviadas sobre o processo de privatização da CEDAE, fazendo referências elogiosas ao trabalho da Entidade. Ao mesmo tempo, explicou que, dificilmente, essas ADINs serão julgadas antes de agosto, considerando-se que o STF está sobrecarregado de processos e, também, porque há dificuldades de julgar o mérito de questão tão controversa, já que é matéria sem precedentes que poderiam servir de paralelo. De qualquer forma, segundo palavras do Ministro, o governo do Estado, embora não esteja impedido, não deveria fazer o leilão, antes do mérito da ação em julgamento pelo Supremo.

Na ocasião, Maurício Corrêa deixou transparecer não ter gostado da entrevista do secretário de Planejamento do Rio, Marco Aurélio Alencar, publicada pelo Jornal o Globo, onde ele afirma que o STF dera "sinal verde" para a privatização da CEDAE. O recorte da entrevista lhe foi entregue pelo presidente da ASEAC, que lhe deu, além desse, um outro, onde o governador Marcello Alencar, o presidente da ALERJ, Sérgio Cabral, e o secretário Marco Aurélio prometeram a vários prefeitos do interior do Estado uma parcela de R\$ 300 milhões dos recursos gerados com a pretensa privatização da CEDAE, certamente como forma de corromper uma possível reação, através da justiça, contestando a ilegalidade do processo. Os prefeitos do interior estavam reunidos em Cabo Frio para a formação de uma Associação congregando todos os chefes de executivos municipais do RJ, quando foram surpreendidos com a "visita surpresa" do governador Marcello Alencar - que não fora convidado para o encontro.

"Podem gravar o que estou dizendo. Se os serviços de Saneamento forem privatizados, eu desprivatizo no dia seguinte à minha posse."



É no prazo anunciado pelo governo

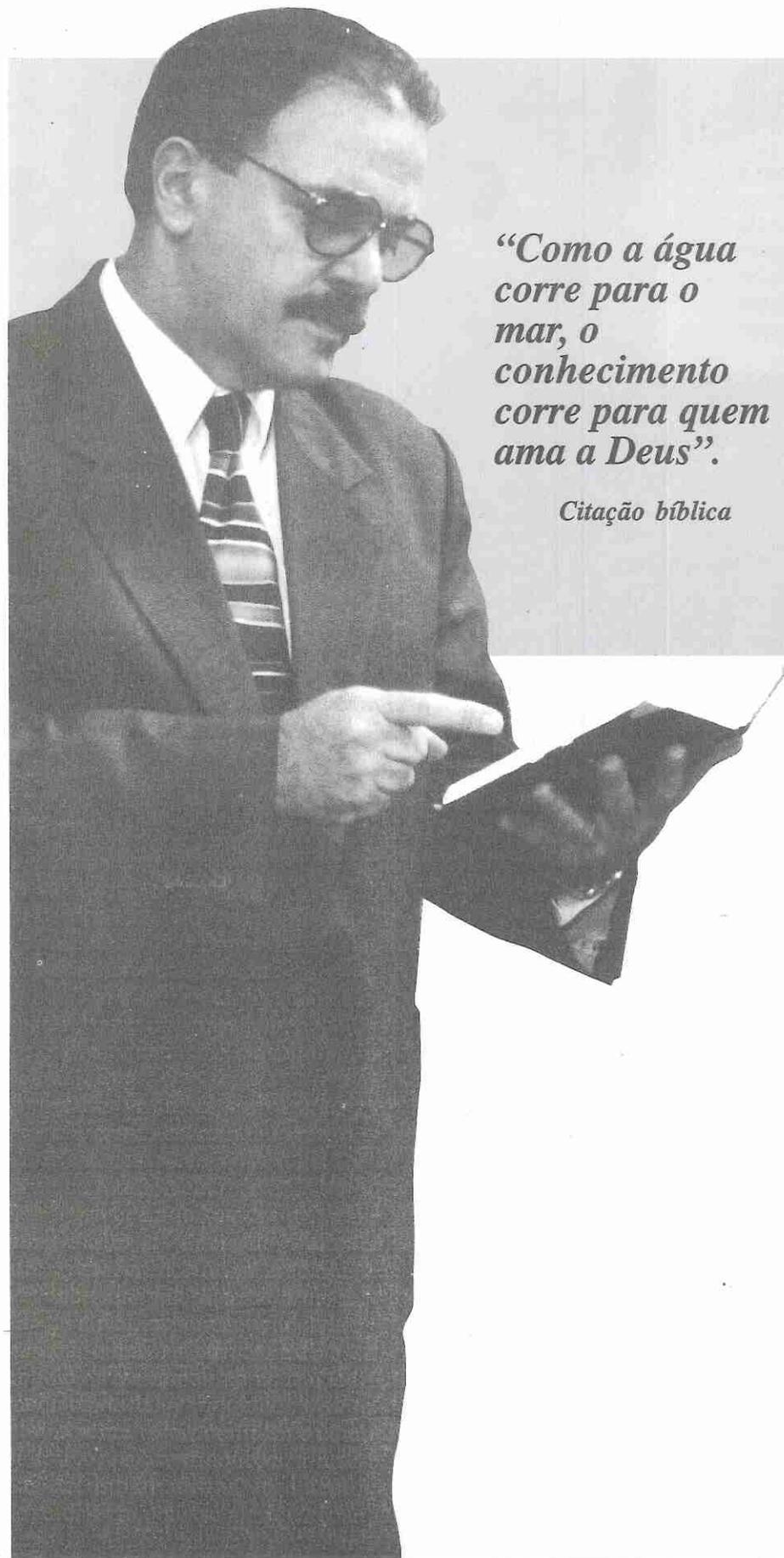
Segundo o jurista, a Lei de Concessões - Lei 8987 - estabelece, em seu artigo 15, três critérios, que deveriam ser seguidos para a concessão de um serviço público. São eles: menor tarifa; maior oferta pela outorga da concessão; e combinação dos dois. Em maio último, Toshio Mukai lembrou que a Lei de Concessões sofreu alguns acréscimos, mas mesmo assim nenhum deles fala sobre a possibilidade de leilão. Os itens que foram acrescentados à lei, são os seguintes: melhor proposta técnica, com preço fixado no Edital; melhor proposta em razão da combinação dos critérios de menor valor da tarifa do serviço público prestado com o de melhor técnica; melhor proposta em razão da combinação dos critérios de maior oferta pela outorga

da concessão com o de melhor técnica e melhor oferta de pagamento pela outorga, após qualificação de proposta técnica.

Outra ilegalidade apontada pelo jurista é o fato de que o governo do Estado não pode privatizar um serviço que não é seu: "A constituição brasileira é bem clara, os serviços de Saneamento são de atribuição municipal, e, portanto, o Estado não poderia privatizar a CEDAE, sem uma autorização dos municípios". Ao comentar o projeto de lei do ex-senador José Serra, que retira dos municípios a titularidade do Saneamento, Toshio Mukai foi contundente: "Este projeto é ilegal, pois uma lei ordinária não pode ser superior à Constituição".

Água, um bem divino

“Temos o dever de batalhar pela qualidade de vida da população, evitando que aconteça com a CEDAE, o que aconteceu à Light e à CERJ”.



“Como a água corre para o mar, o conhecimento corre para quem ama a Deus”.

Citação bíblica

Em maio último, o presidente da ASEAC, Dario Mondego, foi entrevistado na TV Record (Canal 13), pelo pastor Mário Luiz, da Igreja Universal, no Programa “Comunidade Aberta”, para expor a posição da Entidade com relação à pretensão do governo de privatizar a CEDAE. Na ocasião, o entrevistador usou este provérbio bíblico (citado ao lado), numa tentativa de iluminar a cabeça dos nossos homens públicos, que esqueceram o fato de que a água é um bem natural e, portanto, divino, durante entrevista concedida ao Jornal da ASEAC para manifestar a posição de sua igreja contra a transferência da CEDAE ao setor privado. Ao criticar a política de privatização dos serviços públicos imposta a todos nós, o pastor lembrou que esta não considera a crise social, que atinge o País. Sobre a CEDAE, ele afirmou que a população do Rio de Janeiro não tem idéia dos riscos que corre com a privatização da Empresa.

Segundo o pastor, a população não sabe que a Empresa não tem auto-gestão e que várias decisões - que acabam por influir na qualidade dos serviços prestados - são tomadas à revelia de seus técnicos. Em entrevista ao Jornal da ASEAC, Mário Luiz defendeu a entrega da administração da CEDAE aos seus empregados, que deveriam ter autonomia para conduzir os destinos da Companhia. Favorável à permanência dos serviços de água e esgoto na esfera do poder público, o pastor da Igreja Universal se comprometeu a lutar contra a privatização da Empresa, considerando a sua função social e também o fato de que “a água é um bem divino e, portanto, não pode ser mercantilizada”.

Crítico severo

Âncora do programa “Comunidade Aberta”, que vai ao ar de 2º à 6ª feira, das 11h55 às 12h15, pela TV Record, o pastor Mário Luiz reafirmou sua convicção de que os serviços de Saneamento são de responsabilidade do Poder Público. Atento ao processo de privatização de empresas públicas, o líder religioso é um crítico severo do maniqueísmo que envolve o assunto e impede a população de compreender a gravidade da situação. Para ele, a questão transcende a simples escolha entre o sim ou o não a que o debate foi reduzido.

Convertido à Igreja Universal em 1974, o ex-engraxate, feirante, camelô e chofer de táxi não é contra a privatização (quando esta diminui os gastos do Estado com atividades superfúas), mas condena a venda de empresas de serviços públicos (luz, gás, água e esgoto): “Sei bem o que é viver em dificuldade e a falta que esses bens fazem às famílias mais humildes” -

lembrou. Com rápida passagem pelo comércio e indústria (foi dono de uma pequena loja de bijuterias), Mário Luiz adverte que o empresário, por mais humanista e amigo de seus empregados, vive à luz da filosofia do lucro e esta não combina com os princípios do serviço público. Acostumado a trabalhar assuntos de utilidade pública (nos programas de rádio e TV que vêm fazendo há uma década), o pastor tem dúvidas quanto à manutenção da qualidade dos serviços prestados pela CEDAE, no caso de a empresa vir a ser privatizada. Além disso, acrescentou, quando o serviço é fornecido pelo governo, a população sabe onde e como reclamar.

Cidadania

Formado pela Faculdade de Odontologia de Volta Redonda nos anos 70, o pastor Mário Luiz presidiu o Diretório Central de Estudantes (DCE) da escola durante a ditadura do regime militar - numa área considerada de segurança nacional, por abrigar a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN. A política estudantil, que despertou sua atenção para as questões da cidadania, e o ingresso na igreja evangélica dariam ao futuro pastor a certeza de que a religião também deve trabalhar as coisas práticas.

O âncora do programa “Comunidade Aberta” lembra que a responsabilidade do homem de comunicação se confunde com a missão espiritual cumprida pelos pastores da Igreja Universal: orientar os cerca de 800 mil membros e simpatizantes que freqüentam as 600 igrejas existentes no Rio de Janeiro. O pastor atua com freqüência nas regiões norte e noroeste do Estado e alerta que, em cidades como Campos, boa parte da população desconhece o significado e as reais implicações da privatização. “O povo não sabe que a falta de investimentos e outras decisões políticas não levam em conta a opinião dos empregados da Companhia, que deviam ter autonomia para conduzir os destinos da Companhia”, reafirmou Mário Luiz.

Defensor do princípio segundo o qual o Estado deve levar às populações mais pobres os serviços essenciais (mesmo quando o cidadão não tem condição de pagar por eles), Mário Luiz alertou que a água tratada está diretamente ligada à saúde física do indivíduo. “Por isso, ela não pode ser tratada como mera mercadoria” - argumentou. O também dentista lembrou que a água tratada com flúor é um poderoso agente anti-cárie. No último mês de maio, o presidente da ASEAC, Dario Mondego, foi entrevistado pelo Pastor Mário Luiz, na TV Record (canal 13).

Cabo Frio quer auditar contrato de concessão do Saneamento

● Vereador vai à justiça contra o “atropelo” à Lei Orgânica na privatização do Sistema, que deixou a população e a Câmara Municipal de fora do processo

O presidente da Câmara de Vereadores de Cabo Frio, vereador Waldir Maurício de Aguiar Neto (PFL), decidiu mover uma ação na justiça local, para tentar anular a transferência da CEDAE ao setor privado, em virtude da insegurança em que se encontra a população da Região dos Lagos quanto à qualidade dos serviços e ao preço das tarifas, devido à falta de transparência que envolveu o processo.

Segundo o vereador, que ainda está examinando com a sua assessoria o tipo de instrumento mais adequado e se a ação incluirá o governo do Estado e a concessionária, a concessão foi feita sem a autorização da Câmara ao prefeito para que este, por sua vez, pudesse assinar um contrato com o Executivo estadual, conforme manda a Constituição e a Lei Orgânica do Município. Waldir Maurício adiantou que o objetivo da ação é revogar a concessão em toda a Região, “pois apenas a Câmara Municipal de Búzios deu a autorização legal ao prefeito para permitir a concessão.

Contrato misterioso

Na visão do presidente da Câmara de Cabo Frio, o contrato assinado com a nova concessionária é uma verdadeira “caixa preta” à qual a sociedade não tem acesso. O vereador informou, ainda, que chegou a solicitar ao governo uma cópia do contrato, mas o documento chegou incompleto e a Câmara não sabe, sequer, se o prefeito assinou a autorização para o governador ou não. “Que documento é esse que foi assinado com o consórcio Pro-Lagos, que ninguém conhece”, questiona.

Para Waldir Maurício, existe hoje um clima de apreensão muito grande na população com relação ao futuro dos serviços de saneamento na Região dos Lagos. “Como ninguém teve acesso ao contrato de concessão, não se sabe o que vai acontecer com relação à qualidade da água, aos investimentos necessários na região para ampliar e melhorar os serviços, por exemplo”. Outro ponto obscuro para a comunidade é quanto ao valor das contas d’água, pois se o novo concessionário re-



“Somente o município de Arraial do Cabo já investiu quase R\$ 20 milhões no sistema de Saneamento local: ‘Isso vai ser dado de graça para o Pro-Lagos?’”

solver fazer como a CERJ e cobrar os atrasados, vai ser um desastre total. “Antes, pelo menos 50% dos consumidores não recebiam água há 15 anos e, portanto, não pagavam as contas, até por que a CEDAE tinha consciência disso e não cobrava. Mas será que a empresa privada vai ter esse critério”, duvida o vereador.

Segundo ele, a falta de definição a respeito de quem vai regular e fiscalizar os serviços, principalmente as tarifas, também tem assustado a população: “Ônibus, a gente sabe quem define os aumentos das passagens. Mas quanto a água, ninguém sabe até hoje”, afirma. Além disso, para cada litro de água consumida na Região dos Lagos, 0,8 litro é de água servida, e não se sabe qual o destino que será dado a

ela: “Vamos continuar poluindo? Lagoa?”. Outro questionamento é relativo ao patrimônio. Segundo o vereador, somente o município de Arraial do Cabo já investiu quase R\$ 20 milhões no sistema de Saneamento local: “Isso vai ser dado de graça para o Pro-Lagos? Se eu não entrar com uma ação como vereador, entro como cidadão, pois isso é um absurdo”, afirma.

Citando a experiência nefasta vivida pela população com a privatização da CERJ, o presidente da Câmara de vereadores de Cabo Frio manifestou a sua preocupação com relação à situação dos empregados da CEDAE, pois existe uma bagagem tecnológica que a nova operadora não tem condições de absorver se dispensar os técnicos da companhia estadual. “Além disso, por melhor intenção que o governo tenha, tudo que o Estado do Rio menos precisa nesse momento é de desemprego”, alertou. Para ele, os exemplos de privatização da rodovia Rio-Lagos e da CERJ já demonstraram que tipo de serviço a população vai ter: “Na Rio-Lagos, a primeira providência, antes de qualquer obra, foi instalar um posto de pedágio. Na CERJ, a qualidade dos serviços caiu e a primeira providência da concessionária foi

cobrar de imediato as contas atrasadas”, concluiu.

Além da nova ação anunciada pelo presidente da Câmara de Cabo Frio, a justiça continua examinando outras ações na Região dos Lagos, intermediadas e patrocinadas pela ASEAC, contra a privatização da CEDAE. A primeira delas foi impetrada na 2ª Vara de Justiça de Araruama contra a prefeitura local, onde o consórcio Águas de Juturnaíba vem sendo criticado pelos consumidores, devido à queda da qualidade dos serviços.

A ASEAC entrou com um pedido de liminar, através do advogado Natalino Gomes de Souza Filho, solicitando a anulação do contrato de concessão, tendo em vista a falta de autorização legislativa da Câmara Municipal, que também não foi consultada antes da privatização dos serviços. Atualmente, a ação está nas mãos do novo juiz titular da Comarca, Dr. Ricardo Coronha Pinheiro, aguardando despacho. O consórcio Águas de Juturnaíba ganhou a concessão para operar o sistema que atende Araruama, Saquarema e Silva Jardim.

Já com relação ao consórcio Pro-Lagos, que ficou com a concessão de Cabo Frio, São Pedro D’Aldeia e Arraial do Cabo, o advogado Marcos Elísio Pinho questiona na justiça, em nome da ASEAC, o fato de o governo ter permitido a substituição da empresa habilitada no processo por uma companhia portuguesa e pelo Banco Bozano Simonsen, antes da assinatura do contrato, o que configuraria uma irregularidade. Uma segunda ação, envolvendo a prefeitura, a nova concessionária e o governo do Estado, deverá ser movida pela Entidade, questionando a falta de autorização legislativa para privatizar os serviços, uma vez que a Câmara de Vereadores não foi ouvida previamente, conforme determina a legislação federal e municipal.

Em Niterói, embora o Município tenha conseguido realizar a licitação, o consórcio Águas de Niterói - do mesmo grupo que assumiu o Saneamento na Região dos Lagos, não conseguiu tomar posse da operação dos serviços, que continuam sendo prestados pela CEDAE. O Sistema Imunana Laranjal, que atende a cidade, além de Itaboraí e São Gonçalo, foi ampliado como estava previsto e, hoje, está sendo operado com um grau de eficiência excelente, pelos próprios técnicos da CEDAE.

Até outubro, traidores

É hora de exigirmos ética, compromisso e dignidade dos políticos que se elegeram com promessas que hoje se mostram mentirosas.

Aprender a fazer política hoje, a cada momento, é uma necessidade imperiosa, pois é no Parlamento que são resolvidas as questões cruciais, que dizem respeito ao País, ao Estado, à nossa cidade e, por que não dizer, a nós mesmos. Em última análise, é no Parlamento que exercemos a nossa Cidadania, reivindicando melhoria da qualidade de vida da nossa população, reivindicando uma democracia verdadeira para o nosso país, onde o socio-econômico seja de fato uma preocupação mais importante do que meramente o econômico-financeiro.

Nos últimos anos, por vários motivos, nos desacostumamos a fazer política. Muitos de nós, ainda hoje, consideram "fazer política" como algo sujo, pejorativo, isto considerando-se o comportamento anti-ético da maior parte dos políticos, que negociam os interesses públicos, se deixam manipular para obter vantagens pessoais. A diretoria da ASEAC, no entanto, tem consciência de que precisamos fazer política. Mais do que isso, precisamos aprender a fazer política. E é por isso que estamos divulgando a relação dos deputados que compõem as quatro comissões permanentes, encarregadas de estudar o projeto que retira a CEDAE do Programa Estadual de Desestatização - PED - para que, em um primeiro momento, nesse nosso aprendizado de "fazer política", pressionemos esses parlamentares, através de telefonemas, fax, lembrando a cada um deles que houve distorção no artigo primeiro do Programa - o qual exclui a CEDAE, em face das próprias considerações ali expostas - e também da importância da CEDAE, enquanto empresa pública, que tem uma função social primordial, que é garantir a qualidade de vida da população do Rio de Janeiro e que é, acima de tudo, um encargo de governo, indelegável à iniciativa privada.

A diretoria da ASEAC tem certeza de que esse aprendizado vai ser fundamental para que melhorem a qualidade dos nossos políticos, isto, na medida em que esta-

mos dispostos a não sermos mais enganados. Vamos cobrar coerência dos nossos políticos e, quando houver má fé da parte deles, vamos denunciar. Um exemplo disso são os deputados que compõem a Comissão de Constituição e Justiça. Vários deles nos traíram, mais do que isso, traíram a confiança dos que os elegeram, quando decidiram que o Projeto que retira a CEDAE do PED é inconstitucional. Ora bolas, senhores deputados: inconstitucional, imoral é querer nos manipular, achando que somos ingênuos. Inconstitucional é a Lei Complementar 087, que esquece que o Saneamento é uma prerrogativa dos municípios e, portanto, o governo do Estado não poderia privatizar o Setor sem a autorização dos municípios.

Nesta Comissão, os deputados Délio Leal, do PMDB, e Sivuca, do PPB, se comprometeram, pessoalmente, a votar conosco, mas, "na hora H", nos deixaram na mão. Vamos lhes dar o troco nas próximas eleições. Nesta Comissão, temos a destacar a honestidade do voto dos deputados Marcelo Dias, do Partido dos Trabalhadores, e Rubens Tavares, do Partido da Frente Liberal, que votaram a nosso favor. Ambos fizeram questão de dar votos em separado, o primeiro, destacando o absurdo do tratamento diferenciado que foi dado pelo presidente

da Comissão, deputado Paulo Melo, de uma forma para a Linha Vermelha e de outra para a CEDAE; e o segundo, defendendo a preservação da Companhia, destacando a importância da criação, pelo governador Carlos Lacerda, da CEDAG, antecessora da CEDAE, para resolver o problema do abastecimento do Rio de Janeiro. Todos os outros membros desta Comissão foram insensíveis e aliados do governo na ação predatória que quer submeter à CEDAE. São traidores e, em outubro, vamos lhes negar o nosso voto.

Corpo a corpo

Ligue para os deputados das outras três Comissões, relacionadas abaixo, e os pressione pela retirada da CEDAE do PED. Vamos lutar pelo que acreditamos. Vamos lutar para que a população do Rio de Janeiro não se torne a maior vítima de mais uma privatização inconseqüente e ilegal, do ponto de vista constitucional e do PED.

Comissão do Orçamento, Finanças, Tributação, Fiscalização Financeira e Controle

Presidente - Francisco Veloso (PSDB) - telefax: 533-6551/Ramal:1358

Vice-Presidente - Paulo Melo (PSDB)

Membros

Luiz Novaes (PSDB) - telefone: 533-

4390 Ramal 1276/ 533-8752/ fax- 533-4812

Aparecida Boaventura (PSDB) - telefones: 533-5346/Ramal 1288 - fax: 533-7108

Henry Charles (PMDB) - telefones: 588- 1208/533-5216 Ramal 1412 - fax: 533-7436

Carlos Minc (PT) - telefones: 588-1362/533-9353 Ramal:1362 - fax: 533-9955

Graça Matos (PDT) - telefones: 533-6074/533-6598 Ramal 1233 - fax: 533-6631

*Reuniões 4ª feiras, às 14 h, sala 316 - Palácio Tiradentes

Comissão da Economia, Indústria, Comércio e Turismo.

Presidente - Nando da Nancel (PSDB) - telefone: 533-5143 Ramal 1328/ 533-7716 - fax: 588-1659

Vice-Presidente - Bernard Rajzman (PSDB)

Membros

Paulo Melo (PSDB)

Eraldo Macedo (PMDB) - telefone: 533-9482 Ramal 1239 - fax: 533-6095

Edmilson Valentim (PC do B) - telefone: 533-5968 Ramal: 1310 - fax 533-4946

*Reuniões 5ª feiras, às 16 h, sala 316 - Palácio Tiradentes

Comissão de Obras Públicas

Presidente - Ary Brum (PSDB) - telefone: 533-6260 Ramal 1345/ fax: 588-1487 Ramal 1405/1487

Vice-Presidente - Paulo Melo (PSDB)

Membros

Cosme Salles (PSDB) - telefax: 533-6449 Ramal 1342/1442

Iéidio Rosa (PMDB) - telefone: 533-6910 Ramal 1221 - fax: 533-5659

José Richard (PFL) - telefone: 533-6656 Ramal 1402 - fax: 588-1670

*Reuniões 3ª feiras, às 13 h, sala 316, Palácio Tiradentes.

ESTES JÁ NOS TRAIAM

Na Comissão de Constituição e Justiça, apenas os deputados Marcelo Dias, do Partido dos Trabalhadores (telefones: 533-4731 Ramal 1204 - fax: 533-6112), e Rubens Tavares, do PFL (telefones: 533-5493 Ramal: 1303 - fax: 533-5946) votaram de forma honesta, sem nos trair (votos em separado). Os outros merecem o nosso repúdio. Abaixo, o nome e telefone de cada um deles, para que lhes demonstramos o nosso desagrado.

Presidente - Paulo Melo (PSDB) - telefones: 533-4795/Ramal:1496/1457; 533-6802/fax: 533-8187

Vice-Presidente - Roberto Cid (PSDB) - telefones: 533-6059/Ramal: 1348; 533-9210/fax: 588-1651

MEMBROS

Bernard Rajzman (PSDB) - telefones: 533-5736/Ramal: 1312/ fax: 533-7267

Délio Leal (PMDB) - telefones: 533-6959 Ramal 1237/ 533-7118 - fax: 588-1632

Sivuca (PPB) - telefones: 533- 8653 Ramal 1292 - fax: 533-9797

* Reuniões 3ª feiras, às 14 horas, na sala 311 - Palácio Tiradentes